



7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



PROJETO AMORA: CAPACITANDO MULHERES PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Nome dos autores: Maiara Leandro¹; Camila Michels Lacombe²; Monica Ovinski De Camargo Cortina³; Maurício Da Cunha Savino Filó⁴.

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Curso de Psicologia;

² Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Curso de Direito;

³ Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Curso de Direito;

⁴ Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Curso de Direito.

Resumo: O Projeto Amora se apresenta como continuidade de projeto de extensão: “Mulheres e cidadania: costurando conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)”, estando no quarto ano de atuação. O nome do projeto é simbolizado pela fruta amora, uma vez que cada gomo representa uma mulher reunida em torno de um mesmo propósito de cidadania. Oferta capacitações em direitos humanos e prevenção da violência, junto às mulheres assistidas pelos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) de Criciúma/SC, que é um dos municípios com maior índice de violência do estado, o que justifica tamanha importância do projeto nesta cidade. Outro ponto seria a escolha do público alvo, já que as consequências da violência contra as mulheres são mais severas em situações de exclusão social (LARRAURI, 2008, p. 30). Além disso, o projeto aborda diversos outros assuntos de interesse deste público alvo, como a inserção da mulher no mercado de trabalho, sexualidade e direitos reprodutivos da mulher, estando sempre aberto a novas demandas que venham a surgir, obtendo resultados além do objetivo principal do projeto, como relatos de mulheres que voltaram a estudar após serem incentivadas pelas extensionistas.

Palavras chave: Direitos Humanos; Violência doméstica e Gênero.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



1. Introdução

O Projeto Amora atua desde março de 2011, então intitulado como “Mulheres e cidadania: costurando conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)”, o qual a equipe de extensionistas realizava palestras dialogadas e dinâmicas com a temática violência doméstica para mulheres que participavam de Grupos de Inclusão Produtiva, chamados de Clube de Mães. Esta parceria com a AFASC (Associação Feminina de Assistência Social) de Criciúma proporcionou ao projeto a oportunidade de alcançar 64 Grupos de Inclusão Produtiva, entre os anos de 2011 e 2012. Na replicação na cidade de Içara/SC, em 2013, a parceria com a FAI (Fundação de Assistência Social) propiciou a atuação das extensionistas em 38 Clubes de Mães do município. A partir de 2014, com a percepção que a demanda das mulheres por conhecimento sobre seus direitos e cidadania era mais ampla, o projeto buscou uma nova parceria com os CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) do município de Criciúma/SC. Foi nesse momento que o Projeto Amora ganhou novos contornos, com a reestruturação da metodologia de intervenção nos grupos, dividindo as temáticas em seis módulos relacionados aos direitos humanos das mulheres, sempre mantendo o foco na prevenção da violência doméstica e familiar.

Iniciou-se um novo modelo com um novo nome, o atual Projeto Amora, por ser uma fruta com gomos de diferentes tamanhos que juntos, unidos pelo caule, representa a união das mulheres em torno do propósito comum de avançar no exercício da cidadania. O Projeto pretende a formação de mulheres em direitos humanos, bem como o conhecimento sobre os instrumentos para se acessar tais direitos, pela necessidade da participação cidadã nos espaços públicos de discussão e efetivação de seus direitos.

O projeto pretende difundir direitos e articular estratégias de prevenção à violência doméstica e familiar haja vista a demanda de Criciúma/SC, o município que recebeu destaque no cenário estadual e nacional da violência contra as mulheres. Conforme o ranking da taxa de homicídios femininos no Brasil, registrado no Mapa da Violência de 2015, Criciúma é o 8º município do Estado com maior taxa de homicídio de mulheres (WASELFISZ, 2015). O homicídio de mulheres, ou femicídio, é a forma mais grave de violência de gênero, porque resulta na morte da vítima (RUSSEL; CAPUTI, 1992). Deste

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



modo, percebe-se a necessidade do trabalho de prevenção à violência doméstica com as mulheres do município, com objetivo de conscientização da atual situação em que se encontram, visto que a cultura e discriminação de gênero são alguns dos principais motivos que tem silenciado as mulheres.

Também se tratando dos fatores, o projeto possui participação nas atividades do NUPEC (Núcleo de Pesquisas em Direitos Humanos e Cidadania) da UNESC, pois surgiu a partir dos dados das pesquisas concluídas sobre a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). As três pesquisas abrangeram desde 2006, quando a lei foi publicada, até o ano de 2010 e os resultados alcançados mostram que o número de denúncias de violência feito por mulheres no município é alto (mais de cem autos de processos no ano de 2007) e, ao mesmo tempo, a análise dos processos demonstrou que há pouco conhecimento sobre os mecanismos jurídicos de proteção às mulheres, previstos pela Lei Maria da Penha.

Isto exposto demonstra-se a importância do desenvolvimento do presente projeto no município para fornecer conhecimento dos direitos concedidos as mulheres. Conforme pesquisas sobre a violência contra as mulheres, são indicadores de risco para sua prática: bairros onde exista uma ampla problemática social; classe social ou situação de exclusão social¹ (LARRAURI, 2008). Tendo isso em vista, o projeto determinou seu público alvo nas mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social. Este desconhecimento a respeito da Lei Maria da Penha acarreta na continuidade da violência, visto que desta forma não haverá a denúncia.

O presente projeto atua de forma educativa nas comunidades com intuito de capacitar as mulheres sobre os instrumentos de proteção e defesa dos seus direitos, tornando-as multiplicadoras deste conhecimento e estimulando a prevenção e erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres.

¹ Conforme a autora: "[...] todas las mujeres podemos ser víctimas de violencia doméstica, pero la mayor probabilidad de ser víctima de estos comportamientos se produce em las mujeres pobres, o en diversas situaciones de exclusión social o pertenientes a minorías étnicas.". Tradução livre: todas as mulheres podem ser vítimas de violência doméstica, mas a maior probabilidade de ser vítima desses comportamentos se produz entre as mulheres pobres, ou em diversas situações de exclusão social ou pertencentes a minorias étnicas (LARRAURI, 2008, p. 34).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



2. Material e Metodologia

Como trata-se de uma capacitação, seis módulos foram criados para que fossem alcançados os objetivos do projeto. No primeiro módulo “Mulheres e Gênero” trabalha-se os valores da autoestima das mulheres, identidade, gênero, papéis sociais e mulheres como sujeitos de direito, visto que sem o amor próprio é ainda mais difícil para as mulheres terem a coragem em realizar a denúncia contra a violência, que é tão incentivada pelas extensionistas; Já o segundo módulo “Respeitando a Diversidade”, tem o intuito de discutir as diferenças entre as pessoas e incentivar o conviver sadio, apresentando os prejuízos causados pelos preconceitos, discriminações e marcadores sociais; O terceiro módulo trata-se dos “Direitos sexuais, reprodutivos e saúde das mulheres” que aborda o direito à autonomia, corpo, sexualidade, maternidade e saúde da mulher; O quarto módulo “Violência contra as mulheres” introduz o tema da violência doméstica e familiar, ressaltando os tipos de violência, a importância da denúncia, as formas de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres; por fim, o quinto módulo “Cidadania e participação feminina em espaços públicos”, apresenta conteúdos que estimulam as formas de participação comunitária e vivência democrática, caracterizando a importância da representatividade das mulheres. Vale ressaltar, que durante a aplicação dos módulos, as extensionistas abrem espaço para a demanda que venha a surgir, nos casos de dúvidas e curiosidades pertinentes ao conteúdo, serão pesquisados e levados no próximo mês para esclarecimentos.

O Projeto Amora atua junto aos CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) de Criciúma/SC, situados em diferentes territórios de vulnerabilidade social do município, quais sejam: Cristo Redentor, Próspera, Renascer, Santa Luzia, Tereza Cristina, Vila Miguel e no prédio central administrativo do CRAS, portanto as extensionistas entram em contato com a comunidade sete vezes por mês, encerrando o projeto em seis meses, visto que cada mês é apresentado um módulo. Os grupos variavam de cinco à trinta mulheres.

Os CRAS disponibilizam a infra estrutura e materiais para a aplicação dos módulos, como salas para a comodidade das mulheres, computador, e um lanche servido nos finais

ISBN: 978-85-93416-00-2





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



dos encontros. A integralidade no tratamento da violência doméstica prevista na lei Maria da Penha diz respeito à aliança entre as medidas assistenciais, as de prevenção, e as de contenção da violência, além do vínculo da esfera jurídica com os serviços de assistência em rede. (CAMPOS, 2011, p. 144).

A metodologia para aplicação dos módulos tem como prioridade envolver as mulheres através de atividades lúdicas, trabalhar com linguagem acessível em grupos de conversa e dinamizar os debates através de vídeos e slides interativos.

Quanto a elaboração das capacitações, cabem as extensionistas organizarem a apresentação e dinâmicas. Por se tratar de um projeto interdisciplinar, a bolsista do curso de direito aborda os assuntos pelo viés jurídico da capacitação, sendo a acadêmica de psicologia responsável pelas dinâmicas e apresentações que envolvam o fortalecimento dos vínculos do grupo, para gerar um ambiente de confiança e apoio e propiciar que o projeto se desenvolva.

Para conhecimento in loco dos temas estudados, foram realizadas visitas à “Delegacia de Polícia da Criança, Adolescentes e Proteção a Mulher e Idoso”, ao Instituto Médico Legal (IML) e as seis unidades dos CRAS, bem como a unidade central, todos situados no município de Criciúma, o que proporcionou um maior conhecimento do que seria encontrado pelas mulheres no momento de exercerem seus direitos, e assim possibilitar um esclarecimento de acordo com a realidade no momento da aplicação da capacitação sobre esses temas. Além das visitas, a leitura de textos centrais para o conhecimento do tema, da legislação e discussões nas reuniões da equipe do projeto foram fundamentais para capacitação das próprias extensionistas. A partir da estruturação dos módulos, as acadêmicas foram a campo, tendo o acompanhamento das professoras do projeto em alguns dos encontros com o intuito de moldar os assuntos tratados, bem como as formas de abordagens perante os grupos.

Desta forma, o projeto visa capacitar as mulheres quanto aos instrumentos de proteção e defesa dos seus direitos. Para isso, é utilizado da educação como instrumento de cidadania e prevenção da violência, a partilha de experiências e construção de conhecimento que variam de acordo com o grupo, torna este tipo de metodologia fundamental para que se possa compreender a realidade da comunidade.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



3. Resultados e Discussões

A partir dos encontros realizados nas comunidades, percebe-se uma grande recepção por parte das mulheres assistidas pelos CRAS, visto que muitas relatavam suas histórias de vida, compartilhavam suas opiniões e participavam de forma efetiva na construção do conhecimento do grupo. Ao decorrer dos módulos, muitas mulheres relataram que não possuem muito contato com a comunidade, por viverem praticamente somente em casa, e com o projeto tiveram oportunidade de conhecer as outras moradoras do bairro e desenvolver uma amizade, além de criarem vínculos afetivos com as próprias extensionistas, o que proporcionou uma experiência rica para todas as pessoas do grupo.

Quanto aos temas abordados, destaca-se os relatos de violência doméstica contra as mulheres que emergiam nos encontros do grupo. Um dos relatos tratava-se de um relacionamento abusivo de vinte anos, em que a mulher se sujeitava a violência física, psicológica, sexual, moral e financeira por vários fatores como falta de apoio familiar, dependência econômica e medo. Esta mulher além de receber escuta também foi orientada a realizar a denúncia e encaminhada para profissionais do CRAS. Após dois meses esta relatou para as extensionistas a mudança no relacionamento, afirmou que após declarar ao marido que possuía direitos e iria realizar a denúncia, as agressões cessaram e até o fim dos encontros esta não havia mais sofrido nenhuma agressão. Além dos relatos, houve mudança na fisionomia, apresentava sorrisos e uma expressão mais leve. Este é um dos relatos dentre vários que são registrados em todos os encontros promovidos pelo projeto e mostra como esse tipo de violência comumente ocorre no município cotidianamente. Em todos os CRAS, era trazido pelo menos um relato pessoal de violência, dentre tantos outros, pessoais ou ocorridos com parentes, amigos ou conhecidos, o que ajudava a desconstruir a falsa ideia, inclusive de outras mulheres que também estavam no grupo, que a violência ocorre somente em casos isolados e normalmente por conta de alguma provocação por parte da mulher.

A conscientização das mulheres que a agressão física não é a única forma de violência também é muito importante, visto que muitas vezes as mulheres estavam sofrendo violência mas não tomavam ciência disso. A violência doméstica e familiar

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



contra a mulher será configurada quando uma ação ou omissão causar a qualquer mulher danos em diferentes graus, seja em relação à integridade física, aos bens materiais ou aos bens imateriais (CAMPOS, 2011, p. 186).

Nos encontros também são comuns os relatos relacionados as discriminações enfrentadas pelas mulheres ou conhecidos. Muitas sofreram por discriminação social e racial, o exemplo mais citado nos grupos era a dificuldade em conseguir a inserção no mercado de trabalho por conta de seu endereço, visto que muitas empresas não contratavam as mulheres por discriminação ao bairro em que elas residem.

Vale ressaltar também a discriminação contra a mulher, também muito relatado. A Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979), ratificada pelo Estado brasileiro, estabelece o conceito de discriminação contra a mulher em seu art. 1º “significará toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.

Um dos grandes resultados obtidos pela continuidade das atividades de extensão foi a declaração firmada pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Criciúma de que o Projeto Amora é socioassistencial de assessoramento e defesa de garantias e direitos, porque atendeu todos os requisitos da legislação de assistência social, o que mostra sua relevância social e institucional. Esse reconhecimento foi feito desde o primeiro ano de atuação do projeto, em 2011, e sucessivamente em todos os anos de atuação do Projeto.

O projeto em questão cumula diversos destaques de mérito extensionista: após inscrição para **captação de recursos externos**, foi selecionado entre os 46 finalistas do programa de seleção anual de projetos da **Brazil Foundation** e recebeu em Criciúma, em março de 2012, a visita do Sr. Cláudio Tostes, avaliador de projetos da Instituição sediada em São Paulo-SP. Cumpre ressaltar que a Brazil Foundation recebeu mais de 500 (quinhentas) inscrições para esse edital e a pré seleção do presente projeto, mesmo que não contemplado no edital final, já mostra a relevância social da temática abordada e das atividades de extensão que são realizadas. Também em 2012 o projeto foi laureado com o

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Prêmio de Destaque Jovem Extensionista, na modalidade Pôster da UNACSA, apresentado pela bolsista Édina Rodrigues Knevez, na III Semana de Ciência e Tecnologia da UNESC. No ano de 2014 o projeto foi novamente premiado na V Semana de Ciência e Tecnologia da UNESC, após apresentação da bolsista Maiara Leandro e foi selecionado como **Destaque** na área de ciências sociais aplicadas, na modalidade pôster de extensão, obtendo como prêmio a publicação de artigo na revista de iniciação científica da UNESC.

Em virtude da demanda sobre a subnotificação de violência doméstica e familiar anotada pela Juíza de Direito da Comarca de Meleiro-SC, a equipe do projeto recebeu o convite para realizar uma capacitação sobre esta temática na comarca. O público dessa capacitação foi amplo e diversificado, incluindo todos/as os/as profissionais da rede de assistência às mulheres vítimas de violência nas áreas de saúde, educação e segurança. Foi um grande desafio para as/os professoras/es e acadêmicas, após dois dias de capacitações de 4 horas aulas cada, obtiveram a participação de 35 pessoas, as quais avaliaram como ótima a capacitação ofertada e deram início a elaboração de um protocolo municipal de atendimento às vítimas de violência no município. O protocolo tem como objetivo garantir um atendimento mais ágil e humanizado para as mulheres e, dessa forma, contribuir para minorar os danos sofridos, bem como para prevenir a violência.

4. Conclusão

Diante dos resultados obtidos, é possível identificar a relevância do projeto na comunidade, muitas mulheres demonstraram mais empoderamento diante das injustiças da sociedade e confiança em lutar pelo respeito que merecem na vida privada e pública. Quanto a prevenção da violência doméstica, a Lei Maria da Penha precisa ser conhecida pelas mulheres, caso contrário, a Lei não teria a eficácia pretendida, visto que para realmente obter êxito, os direitos devem ser conhecidos e exercidos pelas mulheres. A falta de conhecimento gera mais medo, além de fomentar o ciclo da violência, pois as mulheres não buscam seus direitos e o suporte das instituições responsáveis pelo atendimento.

Outro grande resultado alcançado pelas atividades do projeto pode ser constatado pelos relatos de mulheres que retomaram seus estudos por conta do projeto, o que reafirma ainda mais os bons resultados. Outro ponto a ser destacado é que o projeto está em

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



Apoio:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



contínuo aperfeiçoamento, de acordo com as demandas e assuntos avaliados como importantes para as mulheres, como a inclusão de temas sobre educação dos filhos/as e direitos da criança e do adolescente, entre outros.

Por fim, ressalta-se que a amizade criada ao longo dos encontros entre as extensionistas e as mulheres permitiu que diferentes histórias de vidas fossem narradas e conhecidas, propiciando que as acadêmicas entrassem em contato com realidades diferentes das encontradas dentro do Campus da UNESC, experiências estas que não seriam possíveis dentro de uma sala de aula. A formação extensionista que o projeto oportunizou para as acadêmicas certamente contribuirá de forma significativa para ampliar e melhorar o futuro desempenho profissional, pois acrescenta um conhecimento prático e aprofundado da realidade social do município, permitindo uma formação mais humana e com responsabilidade social.

5. Referências

CAMPOS, Hein Carmen. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. **Projeto de extensão**. Criciúma, SC: UNESC, 2016. *Mimeo*.

LARRAURI, Elena Pijoan. **Criminología crítica y violencia de género**. Madri: Editorial Trotta, 2007.

RUSSELL, Diana E. H; CAPUTI, Jane. **Femicide: SpeakingtheUnspeakable**. In: RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. **Femicide: The Politics of Woman Killing**. New York: Twayne Publishers, 1992.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2012**. Atualização homicídios de mulheres no Brasil. Cebela/Flacso Brasil, 2012. Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>.

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:





7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

07 a 09 de setembro de 2016



Acesso em: 10 de maio de 2016.

A Convenção CEDAW foi adotada pelas Nações Unidas em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984, com reservas. Van Piovesan e Pimentel (2011).

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização:



Parceiros:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

